

ATA DA 119ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2003, na sala de reuniões do Diretor do Porto de Antonina, às 10h00, na cidade de Antonina/Pr., sob a Presidência do Sr. Hélio José da Silva, uma vez que o Dr. José Carlos de Oliveira Mendes, justificou sua ausência, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos conselheiros, Juarez Moraes e Silva, Mário Marcondes Lobo Filho, Cláudio Fernando Daudt, Carlos Alberto Silveira Calvo, José Sílvio Gori, Mauro Fontoura Marder, Carlos Alberto Guadharin Matozo, Arivaldo Barbosa José, Zulfiro Antônio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Aírton Galinari, José Roberto Almeida Corrêa, Luiz Henrique Roos, Luiz Antônio de Mattos, e dos convidados, Comandante da Capitania dos Portos do Estado do Paraná Osmar Pedro da Cunha, Representantes da ALL, Wilson Ferro Delara e Alexandre Bhering, Luiz Henrique Tessutti Dividino, Chefe do DEPLAN/APPA, Xênia Karina Arnt, APPA, representante da Delegacia de Polícia Federal Jorge Quirilos Assis, Presidente do Ogmo/Pr. João Ivano Marson, Empresa Forte Solo, Valdécio Antônio Bombonato, Nilson Henrique Camargo, FAEP, Francisco Fernando Gerônimo Batistete Matarazzo, Interportos Ceciliano Ennes e da Ponta do Félix Augusto Desordi da Costa. O Diretor do Porto de Antonina, Juarez convidaram todos presentes para visita Técnica no Porto Público de Antonina e no Terminal Ponta do Félix.

Abertura da Reunião: O Presidente Suplente iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença dos Conselheiros e convidados, dizendo que o CAP foi instalado na cidade de Antonina, transformando àquele Porto, naquela data, como sede do CAP de Paranaguá e Antonina. Disse que foi um grande desafio presidir e que realizava com prazer, mesmo lamentando ausência do Presidente José Carlos Mendes que acompanhava seu pai, que encontrava-se enfermo. Disse que todos os conselheiros têm em mãos a pauta da reunião e o conjunto de ações que deverão ser apreciadas e votadas.

Justificativa de Ausência: dos Conselheiros Jorge Tacla Filho, Adriano Gustavo Vidal, Maria do Socorro de Oliveira, Carlos Roberto Frisoli, João Gilberto Cominese Freire, Ogarito Borgias Linhares, Orsival Francisco e o Chefe do Serviço de Vigilância Sanitária Albino Gonçalves Netto. Na sequência o Sr. Presidente deu posse ao Conselheiro Luiz Antônio Fayet, como Titular e Ozeil Moura dos Santos, Suplente para comporem o Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins, Representantes dos Exportadores e Importadores de Mercadorias e ao Conselheiro José Roberto de Almeida Corrêa, como Titular representando o Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins, representante dos Proprietários e Consignatários de Mercadorias.

Aprovação da Ata e do Calendário/2004: Por unanimidade a Ata 118ª da Reunião Ordinária e o Calendário para 2004, foram aprovados sem ressalvas. Na sequência, informou, que todos os Conselheiros, receberam relatório contendo os expedientes expedidos e recebidos que tramitaram no CAP, durante o mês de dezembro. O Sr. Hélio, informou que foi o portador de uma correspondência, da ANTAQ, enviada ao CAP e que deveria ser lida naquela reunião.

Relatório Gerencial do Porto de Antonina: distribuído aos Conselheiros e convidados, Dr. Juarez agradeceu os presentes dizendo de sua alegria, por sediar a reunião do CAP, na cidade de Antonina. Aproveitou o momento para fazer uma apresentação em "data show" gravado em "CD-Room" e arquivado na secretaria do CAP.

O Relatório Gerencial, por estar no dia 18/dez/03, não foi possível consolidar seu fechamento. Informou que será apresentado na próxima reunião. Com relação a movimentação, o Porto de Antonina, ultrapassou um milhão de toneladas. É pouco. Desse volume, 40% de granéis sólidos, basicamente fertilizantes e 60% de congelados, siderúrgico e madeira, operado pelo Terminal da Ponta do Félix. Foi um crescimento de 71% em relação ao ano anterior. Revitalização e viabilização, em 2003 ultrapassou um milhão de toneladas, movimento acima de 70%. Receita 3 milhões e trezentos mil reais, com uma despesa abaixo de um milhão, e um superávit de 70%. Essa tendência é crescente. A Ponta do Félix tem a possibilidade de ter seus berços ampliados, entre sete e dez metros. O Conselheiro Cláudio Daudt comentou sobre as dificuldades encontradas com relação ao meio ambiente, e acredita que há amplas condições de se trabalhar o desenvolvimento sustentado. A Ponta do Félix está finalizando um sistema de Gestão Ambiental Interno, e pretende repassar a Autoridade Portuária, tão logo os primeiros resultados surgirem. O Terminal está construindo um sistema de tratamento de esgoto inovador, totalmente natural, a base de plantas (junco em especial). A empresa sempre buscou a melhor relação com os Órgãos Estaduais e Federais, e é fundamental que estes apresentem soluções para os problemas reais. Agradeceu a presença de todos os Conselheiros e Convidados na cidade de Antonina. O Presidente disse que acredita que o fato do CAP estar reunido em Antonina, de acordo com suas atribuições e competências, possa sensibilizar

as autoridades que têm a responsabilidade pela ação portuária. Que o CAP com esse gesto, possa estar focando de como foi Antonina, o que é Antonina e mais do que isso, o que ela oferece em potencialidade. O Conselheiro **Fayet** complimentou o esforço desenvolvido para a recuperação do Porto de Antonina. Dizendo que foi um trabalho importante. Devendo-se isso ao Governo do Estado, neste ano, e gostaria que continuasse mais enfaticamente. Sugeriu, que o relatório de Paranaguá, fosse analisado na próxima reunião do mês de janeiro, tendo em vista a ausência dos Conselheiros Ogarito e Orsival. O que foi aprovado por todos. O Conselheiro **Gori**, em nome do Bloco dos Operadores Portuários, parabenizou o trabalho desenvolvido pelo Dr. Juarez e o Dr. Cláudio Daudt, na cidade de Antonina. O Conselheiro **Marder**, informou que poucas vezes se viu um administrador público com um projeto concreto, viável e focado, isto é, com começo meio e fim, tão difícil na administração pública, hoje. Parabenizou o Dr. Juarez. Na sequência o Conselheiro **Ozeil**, falou que ouviu atentamente as colocações dos Conselheiros Cláudio e Juarez com relação a não participação ativa do IAP, sobre o meio ambiente. Sugeriu que se formalizasse uma Comissão para discutir, junto com esse órgão, a fim de que dessem sugestões para melhorar o processo. **Informe:** Número de Operadores Portuários regulares operando no porto são de 52. **Relatório Gerencial Financeiro da APPA:** Foi distribuído aos Conselheiros e Convidados, e apresentado pelo Dr. **Mário**, Demonstrativo de disponibilidade de recursos financeiros dos Programas, relativos ao mês de novembro 2003 **PROMAR** (ex-FUNMAR) Programa de Modernização da Infra-estrutura Marítima, em fase de estruturação, visa a continuidade das atividades e a utilização dos recursos do chamado FUNMAR, **PROMAR** - Disponibilidades 2003, Agosto R\$17.793.782,13, Setembro R\$ 20.118.414,18, Outubro R\$ 21.939.714,12, Novembro R\$ 23.530.688,38, Dezembro* R\$ 24.340.133,43. Arrecadação até 15/12/03, **PROSILO** (ex-FUNSILO) Programa de Modernização e Melhorias dos Silos APPA e do Corredor de Exportação em fase de estruturação visa a continuidade das atividades e a utilização dos recursos do chamado FUNSILO. **PROSILO** - Disponibilidades 2003 Agosto R\$ 8.277.255,59, Setembro R\$ 9.006.645,53, Outubro R\$ 10.264.900,98, Novembro R\$ 10.735.971,99, Dezembro* R\$10.909.766,49, *Arrecadação até 15/12/03 **PROPORT** (ex-FUNPORT), Programa de Modernização e Melhorias da Infra-estrutura Operacional e Portuária em fase de estruturação, visa a continuidade das atividades e a utilização dos recursos do chamado FUNPORT, **PROPORT**, Disponibilidade 2003, Agosto R\$ 8.205.444,67, Setembro R\$ 8.820.602,99, Outubro R\$ 9.389.936,00, Novembro R\$ 10.060.510,34, Dezembro* R\$ 10.423.113,59, Arrecadação até 15/12/03, Resumo das Arrecadações NOVEMBRO 2003, **PROMAR**, Paranaguá R\$1.251.090,36, Antonina R\$ 56.694,06*, **PROSILO** R\$ 319.931,93, **PROPORT** R\$ 537.008,21. Não computado no total APPA de nov/03, a ser ajustado no próximo relatório. Arrecadações dos programas por Antonina. Valores a serem ajustados nos totais APPA do exercício 2003: **PROMAR** (até 16/12/03) R\$ 480.305,46, **PROPORT** R\$ 54.287,92, Resumo das disponibilidades, **PROMAR** R\$ 24.340.133,43, **PROSILO** R\$ 10.909.766,49, **PROPORT** R\$10.423.113,59, Total R\$ 45.673.013,51. Considerando a arrecadação até 15/12/03. Balanço dos Programas: 2003, Na primeira reunião CAP de 2004, será apresentado um balanço com os itens: Total arrecadado 2003, Rendimentos financeiros 2003, Despesas/investimentos 2003. Posição das disponibilidades em 31/12/03. O Conselheiro **Fayet**, disse que não gostaria de tratar o assunto: Fundos. Que se assiste os saldos financeiros crescerem espetacularmente, dando uma demonstração de que o Porto tem saúde financeira, entretanto, se tem uma preocupação com relação a ampliação da capacidade operacional do Porto que está se restringindo, na dragagem, pelos depoimentos que têm ouvido no Plenário. Não está assistindo a capacidade de crescimento que deveria ter havido, inclusive o Porto de Antonina poderia ter operado muito mais. Com um saldo desse em caixa fica difícil de ser entendido. Finalmente lembrou que todos os Conselheiros são Agentes Públicos Federais, no CAP de Paranaguá, existe uma Lei n.º 9784 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. O CAP é subordinado a essa Lei que prevê os desvios, erros e omissões. Portanto faz esse registro, uma vez que não quer passar por omisso com relação aos investimentos que deveriam ter sido feitos. O Conselheiro **Marder**, também acompanhou o destaque feito pelo Dr. **Fayet**, pois a questão do orçamento que deveria ser apreciado pelo CAP, até hoje, não se teve acesso a ele, portanto deixa o seu registro visto que tal omissão é cabível de ações criminais. O Conselheiro **Gori**, questionou o Dr. **Mário** com relação a disponibilidade de recursos, antes chamados Fundos, hoje Programas. Se foi encaminhado ao CAP, oficialmente. Dr. **Mário** respondeu que houve um encaminhamento, através de uma Ordem de Serviço que revogou a anterior que criavam os Fundos. Na verdade, não houve nenhum prejuízo aos Fundos porque foi mantida a mesma forma de arrecadação e de composição. Inclusive faz

questão de a cada reunião apresentar, dar publicidade e ciência aos Conselheiros de que os Fundos estão sendo mantidos, com as mesmas finalidades e com a mesma composição tarifária. Não houve prejuízo algum. Dr. Gori disse que existem três Comissões que tratam dos assuntos: uma FUMAR, que tratava da dragagem e outra o FUNPORT (que tratava da infra-estrutura portuária), e o FUNSILO. Agora mudou de Fundo para Programa. Se as Comissões terão continuidade. Não se pode fazer poupança e a infra-estrutura do Porto sofrendo as consequências. Solicita que o CAP se defina, da continuidade dessas Comissões, para acompanhar a aplicação dos recursos. O **Presidente Hélio**, informou que na pauta consta uma proposta de alteração da denominação dessas Comissões. **Relatório Gerencial Operacional da APPA**: Foi distribuído aos Conselheiros e Convidados, contendo a movimentação de cargas no período de novembro/2003: Movimentação de Carga Geral - Exportação (464.214 toneladas), Importação (239.2503 toneladas); Granéis Sólidos - Exportação (794.628 toneladas), Importação (605.316 toneladas); Granéis Líquidos - Exportação (269.908 toneladas), Importação (53.087 toneladas); Contêineres - Exportação (14.735 TEU), Importação (16.070 TEU); Veículos Exportados (5.554 unidades), Veículos Importados (126 unidades); Movimento de Navios no Porto: 189 atracações. Na sequência o Presidente, parabenizou a presença do Sr. Marson, Presidente do Ogmo/Pr, dizendo que, na maioria dos CAPs, os OGMOs se fazem presentes, nas reuniões, com a intenção de prestar informações gerenciais do trabalho que desenvolvem. Como a Diretoria dos OGMOs são nomeadas pelo Bloco 2, que é integrante do CAP, há uma corresponsabilidade do CAP, sobre as ações desenvolvidas no âmbito do OGMO. Por esta razão deve haver uma pré disposição de se trazer a este Colegiado, as informações daquilo que se realizada e se promove na gestão do âmbito do OGMO. O Sr. Marson, agradeceu a oportunidade de fazer parte do Conselho e colocou a plenário as atividades desenvolvidas pelo OGMO, através de audiovisual, auto-explicativo, como: sua infra-estrutura e as atividades realizadas por aquele Órgão. O OGMO congrega todos os TPAs - Trabalhadores Portuários Avulsos (Estiva, Arrumadores, Vigias, Conferentes e Operadores Portuários). O **Presidente Hélio** agradeceu a apresentação feita pelo OGMO dizendo da importância de sua presença no Conselho. Aproveitando da oportunidade o Conselheiro **Cláudio Daudt** elogiou a qualidade do audiovisual apresentado pelo Presidente do OGMO. Na sequência, abordou os efeitos da MP 135 sobre as empresas prestadoras de serviços, no caso específico, os Operadores Portuários. Questionou sobre a personalidade jurídica do OGMO, alegando que a MP estabelece que o crédito da mão de obra somente poderá ser utilizado se o pagamento tiver sido realizado à empresa jurídica domiciliada no país. O aumento de 3% para 7,6% da COFINS passará a vigorar a partir de janeiro de 2004. O Presidente da República deverá transformar a MP em Decreto Lei ainda em dezembro. O objetivo da medida é evitar a cumulatividade da contribuição, mas na verdade trará um brutal aumento para as empresas prestadoras de serviços. É Fundamental que as empresas possam aproveitar o crédito da MO, e o posicionamento do OGMO será muito importante. A análise desta questão deverá ser realizada pelos jurídicos das empresas para que possamos Ter uma avaliação conjunta de todos os efeitos gerados pela MP 135. Na qualidade de dirigente de terminal, o conselheiro, vê-se frente a um aumento de seu custo em mais 4,6% que onerará ainda mais nossas exportações, pois o repasse, mesmo que parcial, será inevitável. O **Presidente do Ogmo** disse que não trabalha com essa questão. Sabe, porém, que o Ogmo já comentou em seus Conselhos. Sugeriram que no mês de janeiro seja amenizado. Quanto a personalidade jurídica do Ogmo, não soube dizer, mesmo porque esse órgão foi criado pela Lei 8.630, mas não foi dada a ele uma classificação fiscal: tanto Federal como Estadual, no âmbito de uma classificação que entenda-se como legal. É uma instituição sem fins lucrativos, portanto, é um recurso humanos das empresas. Uma extensão de cada empresa. Com essa Medida Provisória 135, poderá, em cima dela, buscar uma entidade mais forte. O Orçamento do OGMO para 2004 foi reduzido em 30% da taxa de administração para os Operadores Portuários. O Conselheiro Fayet em apoio ao Conselheiro Cláudio, recomendou uma comunicação do CAP, ao Ministério dos Transportes e Presidente da ANTAQ, mostrando a preocupação, que a medida 135, poderá causar um impacto nos custos portuários. O Conselho deverá certamente comunicar a AEB, uma vez que a medida provisória está ainda em discussão, editada pelo Presidente da República. Recomendou enviar aos Conselheiros para que suas entidades respectivas se movimentem quanto a essa questão. O Sr. Marson complementou informando que também irá fazer análise sobre os impactos dessa MP sobre o OGMO, inclusive se oferecendo para contribuir com o CAP na preparação da correspondência a ser enviada. Concluído os debates o Colegiado decidiu por unanimidade aprovar o envio de ofícios Aos Srs. Ministro dos Transportes e Diretor Geral das ANTAQ, bem como ao Sr. Deputado relator da

matéria no Congresso Nacional. O Presidente **Hélio** disse que a secretaria do CAP deverá contar com a colaboração dos proponentes para efetivar a proposta do Conselheiro Fayet. todos devem considerar a proposta do Conselheiro Fayet. O Conselheiro **Bósio** sugeriu, também, que seja enviada correspondência ao Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, tendo em vista que se trabalha em cima de uma campanha para redução de custos e desburocratização. No entanto, está presenciando ações do governo que aumenta os custos das exportações e burocratiza cada vez mais. O Presidente falou sobre as Comissões Permanentes registrando que tem-se observado que os Conselheiros, em razão de suas agendas e compromissos, deixam de comparecer as reuniões das Comissões dificultando manter o quorum. Em razão disso, se optou por utilizar o correio eletrônico, para troca de informações, no intuito de agilizar o processo e obter contribuições com a maior facilidade. Entretanto, esse processo foi refutado por alguns. Que as reuniões sejam como eram habitualmente realizadas. Solicitou que se encontre uma saída. Qual medida tomar, para que todos compareçam às reuniões marcadas. Essas reuniões são deliberativas e de suma importância. O Conselheiro **José Roberto**, opinou pela reunião convencional, e não virtual. Que deveria haver maior participação dos Conselheiros. O Conselheiro **Gori**, também acatou a sugestão do José Roberto pela reunião convencional. O Conselheiro **Fayet** sugeriu que todos leiam a Lei n.º 9784, que é a Lei de responsabilidade. Gostaria que o CAP, comunicasse as entidades representadas, com relação as presenças de seus representantes, nos conselhos e nas reuniões técnicas. O Conselheiro **Bósio** disse que todas as informações, inclusive as Atas do Conselho, deveriam ser repassadas para AEB. O Presidente disse que há necessidade de que as Comissões sejam realizadas, uma vez que o CAP está tendo dificuldade em reunir os Conselheiros para as Comissões. O Conselheiro **Fayet** sugeriu que se fizesse um controle das presenças dos Conselheiros nas reuniões. O Conselheiro **Mário** sugeriu que houvesse um prévio agendamento das reuniões das comissões. O Presidente falou que cada Comissão fizesse um calendário prévio de suas reuniões. O Presidente **Hélio** disse que essas Comissões atuam como vigilantes dos assuntos que lhes estão afetos, são motivações que a própria vigilância pode acusar ou outro assunto que possa entrar em pauta demanda específicas. Nada impede que se trabalhe nas objetividades que se possui. O Conselheiro **Calvo** informou que algumas Comissões deverão ser reformuladas ou substituídas, são comissões pequenas composta por quatro pessoas de cada bloco. Se reorganizar a Comissão poderá facilitar para algum Conselheiro. O Presidente propôs, que para dar uma folga para os titulares que se convoque os suplentes. Sintetizando, disse que as reuniões permanecerão da maneira convencional, isso sem inibir a troca de informações entre os pares, que a secretaria do CAP controle as frequências mediante um calendário prévio, e que encaminhe para as entidades respectivas a performance enquanto frequência e que acrescente a reconstituição, a composição das Comissões com base no trabalho da secretaria que vai ser empreendido. Informou ainda, que com relação a pauta, no item 8, até o item 8.9, são Comissões Permanentes, porém algumas delas não têm o relatório formal, a tentativa foi de articular a nível de E-mail. Então trataremos das Comissões que possuem relatórios formais, as demais serão objeto de apreciação em reuniões futuras, mediante a apresentação dos respectivos relatórios. Informou ainda, que em relação às eventuais deliberações do Colegiado, deverão ser baixados atos de acordo com a natureza de cada assunto. A primeira delas é a **Comissão Tarifária e Orçamentária**, cujo relator, Conselheiro José Roberto. O Conselheiro **Fayet** solicita que seja entregue aos Conselheiros com uma semana de prazo o Relatório Orçamentário da APPA para que possa analisar com o devido cuidado, precisa conhecer os programas de investimentos, o orçamento e as tarifas que supre o orçamento para sustentar, se isso não estiver pronto não irá funcionar. O Conselheiro **José Roberto** disse que o orçamento que vem para o CAP é somente para o Conselho opinar. Quem aprova é a Assembléia Legislativa do Estado. O Presidente **Hélio** informou que na Lei 8.630 diz: que o Orçamento é encaminhado ao CAP para os Conselheiros opinarem. Quem aprova as tarifas do Porto é a ANTAQ, e o CAP homologa. O Conselheiro **José Roberto**, disse ainda que como Relator da Comissão se absteve de apresentar, o que foi decidido na reunião da Comissão. Solicitando que a Secretaria do CAP, envie uma cópia do Relatório a todos os Conselheiros. O Conselheiro **Silvio Gori** indagou, se o relatório orçamentário da APPA, foi apresentado no CAP? A Secretária Executiva, informou que a proposta orçamentária foi enviada ao Conselho no dia 16 de dezembro/2003. O Conselheiro **Silvio Gori**, deu seu apoio ao Dr. Fayet, tendo em vista que os Conselheiros desconheciam o conteúdo do documento. Mesmo com atraso o processo orçamentário recebeu as atenções da Comissão. **José Roberto** disse que a Comissão opinou favoravelmente a proposta orçamentária apresentada pela APPA. O Conselheiro

Gori, não concordou com a votação do Relatório. Solicitou que a proposta orçamentária voltasse para a Comissão. Sugeriu que fosse convidado o Dr. Fayet, pela experiência que tem, para dar assessoria a Comissão. O Conselheiro Mário disse não concordar, a Comissão já exarou o prazo que tinha, ao plenário cabe decidir, que alguém peça vistas, para analisar melhor, acha plenamente legítimo. O que não pode é retornar à Comissão. Acredita que assim os investimentos não irão sair. O Presidente Hélio disse que, após a análise da Comissão específica se houver um fato novo na análise dos Conselheiros, esse assunto deverá retornar à Comissão, entretanto, o Colegiado é soberano para decidir, independente do relatório da Comissão Tarifária e Orçamentária.. Dr. Mário informou que em contato com o Sr. Luiz Henrique, Chefe do Departamento de Planejamento da APPA, foi quem mais estudou a proposta orçamentária, estaria disponível para, no início do mês de janeiro, fazer uma exposição prévia sobre o documento aos Conselheiros que desejarem. O Presidente disse que na próxima reunião será pautado novamente esse assunto e se possível deliberar. O Conselheiro Fayet disse que a questão dos programas e do orçamento deveriam estar vinculados. Que não receberam os programas. Não poderia votar o orçamento sem conhecer os programas, e que o Colegiado não recebeu esses programas. Gostaria de saber qual é o compromisso. Que deveria ter uma disciplina. Que o Poder Legislativo não poderá estar ausente desse processo. Decidiu-se por unanimidade pela distribuição do Relatório da Comissão aos Conselheiros, que o assunto será pautado na próxima reunião do CAP, ocasião em que a APPA poderá complementar informações, se necessário.

Comissão de Acompanhamento de Zoneamento, Desenvolvimento e do Melhoramento da Infra-Estrutura do Porto: relatora a Sra. Maria do Socorro, na sua ausência foi substituída pelo Conselheiro Gori que informou que o relatório da Comissão foi repassado a todo o Colegiado. A Comissão reuniu-se no dia 09 de dezembro de 2003, às 15 horas, entendendo que, em havendo qualquer alteração no PDZPO em vigor a mesma seja submetida ao CAP para avaliação e aprovação nos termos da legislação vigente. Tendo em vista o processo de revitalização do Porto de Antonina, bem como a divulgação de implantação do Terminal de Granéis Líquidos. Sugerem a contratação de consultoria especializada para a elaboração do PDZPO do Porto Organizado de Antonina. A título de informação o PDZPO do Porto Organizado de Paranaguá, em vigor, foi aprovado e publicado em Diário Oficial e obtendo posteriormente a aprovação do Governo Federal. Colocado a plenário, o relatório foi aprovado.

Comissão de Operações Portuárias: relator o Sr. Aírton Galinari, interino, visto que o titular encontrava-se ausente. Informou que no dia 15 de dezembro de 2003. Deu continuidade a reunião anterior, a partir do item 5.9.1 até o final das Normas de pré-qualificação de Operadores Portuários, seguindo a mesma linha da reunião anterior. Ao término, ficou acordado que os representantes da APPA, efetuariam a 3ª versão, com os pontos divergentes grifados e remetido ao CAP, para conhecimento de todos, e na possibilidade, a Comissão convocaria reunião para a decisão final. Entretanto, considerando vários motivos, principalmente o exíguo tempo, considerando a data marcada da reunião ordinária, não teve condições para essa reunião. Ficando para reunir-se no início de janeiro com o tempo hábil para votação do plenário na próxima reunião ordinária ou caso necessário, extraordinária. Informa que esse relator recebeu da secretaria do CAP, antes da reunião, E-mail do Conselheiro Fayet, datado de 15/12/03, correspondência em nome do Presidente, que gostaria de lembrar que após a consolidação realizada pela Comissão, o CAP deverá colocar a matéria em Consulta Pública, conforme previsto no parágrafo 1º do art.31 da Lei n.º 9784, de 29/01/99, e outras manifestações. Caso necessário a secretaria do CAP, passará a todos os Conselheiros, via eletrônico. Serão comunicados os itens divergentes, em proposta da APPA. Disse que a Comissão deverá se reunir em janeiro para concluir a proposta da APPA. O Presidente em exercício, observou que a Comissão deve observar também o Regulamento de Exploração do Porto.

Comissão de Acompanhamento do Gerenciamento no Tratamento de Resíduos e Zoonoses : relator Aírton Galinari informou que a Comissão se reuniu. O trabalho evoluiu e caminhou para as fases conclusivas. De todos os terminais que fazem parte do Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina há a necessidade de se fazer o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Cada empresa tem que fazer o seu plano, acerca de suas fronteiras, encaminhar a Administração Pública para que ela faça a consolidação geral e entregue a ANVISA. Algumas empresas haviam feito esse trabalho e havia sido aprovado pela ANVISA. Várias empresas não haviam concluído. Nove (9) empresas com trabalhos executados e dezessete com trabalhos pendentes, sendo que três estavam concluídos, só que não estavam de acordo com as exigências das normas. Foi reativado um convênio com o SENAI, sem qualquer custo adicional, para a APPA, prevendo a consolidação do PGRS para o Porto de Paranaguá e Antonina em separado conforme determinação da ANVISA, de acordo com a

notificação. **Comissão dos Transgênicos:** O Conselheiro **Fayet**, relator da Comissão, informou que sua Comissão pediu o adiamento da discussão, tendo em vista a medida provisória, 131 que trata, a nível Federal, da questão dos transgênicos ao mesmo tempo em que foi emitida uma lei estadual. Desses conflitos nasceram algumas arguições de inconstitucionalidade, ao Supremo Tribunal Federal, do Estado do Mato Grosso do Sul e outra do PFL do Estado do Paraná. O Supremo tomou decisão em liminar, de considerar que a Legislação Federal se sobrepunha a Legislação Estadual, sem fazer julgamento de mérito definitivo. O Presidente da República sancionou a medida provisória 131, com as emendas oferecidas no Congresso, dando uma redação um pouco mais detalhada, porém mantendo, exatamente, a estrutura da linha que determina a liberação sob condições do plantio, do livre trânsito, da pesquisa dos transgênicos. O Ministro dos Transportes, solicitou a colaboração do Conselheiro **Fayet**, para a logística nacional, de produtos transgênicos, e não transgênicos. O Ministério da Agricultura está elaborando um documento, Instrução Normativa, ou numa Portaria ou Decreto, conforme as exigências que se fizerem necessárias. Seria inoportuno, tomar uma decisão, no momento, sem conhecer o instrumento legal que vai ser determinado pelo Governo Federal. E que todos deverão se submeter a Legislação Federal. O trânsito é livre porque a lei é segura, mas existem exigências para garantir a qualidade dos produtos que vão ser colocados à disposição dos consumidores. O Conselheiro **Mário Lobo** disse que está de acordo com o relato do Conselheiro **Fayet**, mesmo porque faz parte dessa Comissão, e que o assunto está evoluindo muito rapidamente. Propôs uma reunião, no mês de janeiro, para tratar do assunto. **Luiz Henrique**, falou sobre o trabalho que vem desenvolvendo à respeito do ISPS Code. Que esse trabalho está dividido em três fases: Estudos e Avaliações, Plano de Execução e Implementação do Plano. Com relação a primeira fase, espera receber uns 20 trabalhos das empresas. Até o momento três empresas entregaram. Dos três trabalhos recebidos, nenhum foi aprovado pela CONPORTOS. A APPA, devolverá às empresas para que façam as correções necessárias. Com relação ao Plano de Segurança, há um grupo representando: os líquidos, a carga geral e os graneleiros. O Plano deverá ser único, um para Paranaguá e outro para Antonina. **Comissão da Agenda Propositiva:** relator o Conselheiro **Bósio** disse que a Agenda Propositiva não está sendo bem entendida pelo Conselho. É uma Comissão que propõe ações preventivas para viabilizar e agilizar o Comércio Exterior e facilitar, em todos os meios, os seus usuários. A dinâmica do Comércio Exterior dentro da nova filosofia do programa do Presidente Lula, do Ministério da Indústria e Comércio Exterior. Todos os comitês que atuam no Porto de Paranaguá e que tenham dificuldades em algum setor; que se dirija ao Comitê da Agenda Propositiva para tomar ações em conjunto e facilitar todos os itens que dificultam o Comércio Exterior. O Conselheiro **Arivaldo** disse de sua satisfação em estar em Antonina, parabenizou o Conselheiro **Juarez** pelo trabalho que vem desenvolvendo. Desejando a todos os trabalhadores, que durante todo o ano deram o máximo de si para o progresso do Paraná e que a exportação batesse recorde nacional. O Conselheiro **Bósio**, solicitou que o Presidente **Hélio** enviasse os seus agradecimento ao Sr. Carlos Alberto Wanderley Nobrega, Diretor-Geral da ANTAQ, pelo apoio e acatamento ao nome do Dr. **Fayet**, como Conselheiro do CAP e a indicação do Sr. **Ozeil**. Desejando a todos um Feliz Natal e Um próspero Ano Novo, que o Menino Deus dê forças a todos e que possam estar juntos no Conselho. O Conselheiro **Marder** sugeriu, ao Presidente, que na próxima reunião, a pauta fosse reduzida ou que então a reunião tivesse início mais cedo, sendo que assuntos tão importantes e por falta de tempo, deixam de debater assuntos relevantes. O Presidente **Hélio** disse que com os trabalhos das Comissões, isso tende a diminuir porque muitas das questões serão debatidas internamente, e a reunião do Conselho ficará só para deliberar. Por solicitação dos Conselheiros **Fayet** e **Gori**, em razão do adiantado da hora, o Colegiado decidiu retirar de pauta os itens 11 e 12, transferindo os mesmos para a próxima reunião ordinária do CAP. Continuando, o Sr. **Presidente** disse que considera empossado os novos Conselheiros que assinaram o livro de posse. O Conselheiro **Silvio Gori** solicitou a palavra para parabenizar, o Conselheiro **Juarez** pelo trabalho apresentado e como vem conduzindo o Porto de Antonina. Parabenizou o Presidente, em exercício, **Hélio**, pela condução da reunião, que foi objetiva e importante. Desejando aos Conselheiros um Feliz Natal e um próspero Ano Novo. O Conselheiro **Juarez**, agradeceu as citações sobre o seu trabalho e desempenho, dividindo esses louros com a Ponta do Félix. Elogiou a colaboração de toda a sua equipe de trabalho e a continuação dependerá de todos. Na sequência o **Presidente Hélio**, leu o ofício n.º 345/DG, datado de 15 de dezembro de 2003, da ANTAQ, endereçado ao Sr. José Carlos de Oliveira Mendes, Presidente do CAP, com o seguinte teor: " assunto: Decreto Estadual n.º 1.652/2003 - Entendimento da ANTAQ. Senhor Presidente. 1. Levo ao conhecimento de V.Sa. que a Diretoria

Presidente : José Carlos de Oliveira Mendes
Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina/Sônia Regina de Araujo
Endereço : R. Antônio Pereira, 161 - CEP 83.221.030 - Paranaguá -PR
Fone/fax: (041) 420-1360 - Fone: (041) 420-1142
E-mail : cappgua@pr.gov.br

**Conselho de Autoridade Portuária
dos Portos de Paranaguá e Antonina**

Colegiada desta Agência decidiu, em sua 79ª Reunião Ordinária realizada em 1º/12/03, pleitear a intervenção de terceiros para ingressar no pólo ativo, na qualidade de assistente da autora da ação judicial (TCP) em face da fundamentação de fato e de direito expedida na NOTA-PRG/ANTAQ/Nº 066/2003-AOM/PCB, relativamente à controvérsia que envolve o arrendamento de instalações portuárias localizadas no Porto de Paranaguá (Terminal de Veículos e Contêineres), à luz do teor do Decreto Estadual (PR) n.º 1.652, de 05/08/03, objetivando considerar a nulidade do referido dispositivo legal. 2. Além disso, esta Agência encaminhou correspondência à Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA informando-lhe do dever legal de indenizar a arrendatária caso o referido Decreto venha a produzir efeitos, bem como deu conhecimento do assunto à Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, para as providências cabíveis, informando do entendimento desta ANTAQ acerca da nulidade do Decreto Estadual n.º 1 652/03. 3. Pelo exposto, solicito a V.Sa. divulgar o teor da presente correspondência na reunião desse conselho programada para o dia 18 de dezembro de 2003, Quinta-feira, registrando o entendimento desta Agência Reguladora a respeito da matéria na ata correspondente. Atenciosamente, Carlos Alberto Wanderley Nobrega, Diretor-Geral". Como não houve manifestação à respeito do que foi lido, o Sr. Hélio disse ao encerrar a reunião, do prazer que teve em presidi-la, sem sombra de dúvida, nunca querendo substituir o titular, porque afinal de contas suas qualidades não permitem alcançá-las. Ao observar o encerramento de um exercício, o ano de 2003, é comum falar que o ano passa muito rápido, não percebendo a evolução do tempo, porque se trabalha muito. Seguramente, o que foi concluído é fruto de um esforço do Colegiado em 2003, que certamente produziu muito em prol da ação dessas duas unidades portuárias e com certeza o trabalho do CAP estará repercutindo muito, principalmente perante aqueles que não acreditam que o trabalho de um CAP é de promover uma ação portuária em função de seus clientes e usuários. Assim crê que o CAP dá demonstrações práticas e objetivas de que, ser Conselheiro, vai além de suas responsabilidades, objetivos de natureza econômica e social. Na oportunidade saudou o Colegiado e convidados, em razão de ser tempo de Natal, época de transformação individual e familiar, que todos tenham atos de atitudes em prol de um 2004 melhor que 2003. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, marcando a próxima reunião para o dia 23 de janeiro de 2004 e tendo eu Rosa Shimoisa Ebina, Secretária Executiva, lavrada a presente ata que segue assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros.